



O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS-PAR (2007-2011)¹: reflexões acerca da avaliação da aprendizagem

Ana Francinely Ferreira de Oliveira (Autora)

Discente do curso de pedagogia

(Universidade Federal do Pará, ana.ferreiraufpa@gmail.com)

Maria Edilene S. Ribeiro (Orientadora)

Professora Dra. do curso de pedagogia

(Universidade Federal do Pará, mariaedileneribeiro@yahoo.com.br)

Resumo: No presente texto ressalta-se o Plano de Ações Articuladas – PAR (2007-2011) como uma perspectiva de planejamento articuladora entre os entes federados (União, estados e municípios), cujas finalidades seria de contribuir para estruturar o sistema educacional em nível nacional. Destaca-se dentre as dimensões respaldadas pelo PAR, a dimensão “Prática Pedagógica e avaliação”, da qual teceremos reflexões teóricas acerca da subárea “avaliação”. Assim desenvolvemos sinteticamente abordagem teórica sobre a concepção de avaliação nos diferentes períodos da história da educação brasileira e por conseguinte, abordamos o modelo de avaliação da aprendizagem defendido pelo PAR em meio ao contexto educacional. E nas considerações, inferimos a necessidade de construirmos modelos avaliativos que valorize o processo educacional em sua totalidade e não seja reduzido a valores quantitativos para cumprir exigências legais.

Palavras-Chave: Contexto Histórico, Plano de Ações Articuladas, Avaliação da Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O decreto de Nº 9.094, de abril de 2007 descore sobre a criação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, de modo a explicitar 28 ações que incentivaram a tentativa de um sistema educacional de qualidade para todos (BRASIL, MEC, 2007). Dessa feita, o Plano de Ações Articuladas - PAR surge deste mesmo decreto e deve ser concretizado em regime de colaboração com Estado, Distrito Federal e Municípios.

Segundo Saviani (2007, p. 1245), o Plano de Ações Articuladas apresenta “requisitos para que se dê a assistência técnica e financeira da União aos entes federativos participantes do Compromisso”.

O PAR expressa uma política de planejamento que requer a participação dos Municípios, cujos prefeitos assinaram um “termo de adesão”. Visa contribuir para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e é caracterizada pelo art.9 como um “conjunto articulado de ações”, (BRASIL, MEC, 2007, p. 3).

¹ É um recorte da pesquisa em rede financiada pelo Observatório da Educação/CAPES intitulada “Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no período de 2007 a 2011”.



Compõe o PAR, quatro grandes dimensões, quais sejam: 1. gestão educacional; 2. formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3. práticas pedagógicas e avaliação e 4. infraestrutura física e recursos pedagógicos. Neste estudo será destacado a terceira dimensão “Práticas pedagógicas e avaliação”, especificamente a subárea: “avaliação”.

De tal modo, o objetivo deste trabalho é situar o PAR 2007-2011 em meio ao contexto político educacional e refletir sobre o modelo avaliativo enfatizado por esse planejamento educacional.

Assim, para melhor entendimento sobre esta política educacional, buscamos a compreensão da legislação educacional vigente e autores que discorrem acerca do PAR. Esta pesquisa tem como caráter a abordagem qualitativa, com estudo teórico e documental.

Avaliação da aprendizagem: aspectos históricos e conceituais

O século XIX é o marco histórico do início da avaliação educacional, na Inglaterra, e posteriormente ganhou dimensão maior nos Estados Unidos em meados do século XX, já no Brasil essa discussão ainda era muito escassa nesse período.

Nos Estados Unidos, começa a incidir sobre grandes projetos de currículos financiados com o apoio federal, surgindo, nesse momento histórico, a figura do avaliador como um profissional com atividades específicas [...] É o início de uma época de especialização – que ainda não chegou ao contexto brasileiro – em que as universidades começam a se preocupar com a formação específica de recursos humanos efetivamente qualificados para os trabalhos de avaliação. (VIANNA, 2014, p. 19).

Assim, no Brasil as primeiras discussões sobre avaliação da aprendizagem se deu com a chegada dos Jesuítas no ano de 1549. Apesar de não terem, de fato, um sistema de avaliação. Eles foram, os pioneiros da educação brasileira. Nesse contexto, a avaliação era caracterizada como tradicional, isto é, o aluno era subordinado a práticas exaustivas de memorização, de exercícios e repetições, na busca pelo aprendizado. Sobre este assunto Aranha (1989) comenta que o ensino Jesuítico:

Durante o século XX a economia brasileira influenciou significativamente o ambiente educacional brasileiro, cobrando formação que atendesse a necessidade de mão de obra qualificada e específica para a indústria e comércio. Assim mudanças educacionais foram apoiadas e implementadas pelos governos (BARCELOS, 2015).



Partindo deste pressuposto, que “Somente diante desta necessidade foi que o currículo e o sistema de avaliação da aprendizagem foram remodelados com o intuito de garantir uma educação escolar de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho” (BARCELOS, 2015, p. 11-12). Nas quais proporcionaram o início de mudanças tanto no currículo como na forma de avaliar a aprendizagem

Por conseguinte, o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova chega ao Brasil oficialmente em 1932, trazendo transformações sociais econômicas e políticas, este manifesto foi originado por um grupo de educadores e intelectuais que propuseram mudanças no ensino público. Os precursores Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho influenciados pelos escritos de John Dewey, divulgam por meio de debates nos estados brasileiros a necessidade de uma Educação com visões políticas que valorizem o nacionalismo; atitudes concretas no ensino secundário e superior, principalmente, para a Formação dos professores e metas para Educação. (MACHADO; TERUYA, 2007).

Dessa forma, a avaliação teve como impulso algumas áreas do conhecimento, são elas: a psicologia, psicométrica, antropologia e sociologia. Conseqüentemente, na década de 60 percebe-se um aumento em relação à literatura, já que, por meio desses escritos a avaliação vai se tornando um campo complexo de pesquisa, haja vista que novas concepções e autores vão se agregando a este campo de conhecimento (VIANNA, 2014).

A avaliação da aprendizagem no PAR 2007-2011: relacionando o PDE, IDEB e a qualidade educacional.

A avaliação no PAR 2007 a 2011, segundo Aureliano, et all. (2011) está relacionada diretamente a área educacional, de modo que visa analisar a política educativa, assim como as instituições e os processos de ensino e aprendizagem.

Portanto, a avaliação da aprendizagem segundo o autor: “É uma dimensão do processo de avaliação que tem como referência o projeto político-pedagógico da instituição (princípios, objetivos, metodologia de ensino, organização do trabalho pedagógico)”.

O descritor de Avaliação no PAR 2007 a 2011 aborda a qualidade educacional e conceitua o termo qualidade, como “uma *construção abstrata* que expressa aspectos essenciais do real, em uma dada realidade selecionada para investigação. É constituído por determinadas dimensões do real e sua construção implica *precisar indicadores* para medi-las” (AURELIANO, 2011, p. 4).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado no ano de 2007, propôs focar “prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de



educação básica do país”. Por conseguinte, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação visa, segundo o “Art. 1 a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica” Brasil (2007, p. 1), bem como no art. 2 a criação de 28 ações que incentivam a tentativa de um sistema educacional de qualidade para todos (BRASIL, MEC, 2007).

Dessa feita, em meio às políticas educacionais vem se ampliando “pacotes” de avaliação em larga escala que refletem o resultado quantitativo como ápice do processo. Nesse sentido, a finalidade, os procedimentos, as relações no percurso e no resultado da avaliação demonstram o quanto o aluno aprendeu ou não determinado conteúdo por meio de índices numéricos.

Esse modelo avaliativo tem uma gama de cobrança externa às escolas que vem paulatinamente adequando sua dinâmica pedagógica aos interesses de atender essas exigências. Nessa dinâmica não há discussões, debates, reflexões críticas sobre a concepção avaliativa, mas a ênfase recai sobre o que expressão os resultados na lógica ranquiadora.

Dias Sobrinho (2003) enfatiza que a avaliação em todos os níveis e que envolve os mais diferentes sujeitos educacionais deve primar pela participação e construção coletiva da escola e, sobretudo, contribuir para a melhoria da qualidade educacional. No entanto, no contexto de políticas neoliberais o modelo de avaliação exerce o controle sobre o processo didático e pedagógico da escola ajustando aos interesses das políticas vigentes e geralmente, não expressam a realidade escolar.

Neste contexto, como foi mencionado anteriormente o PAR, como uma política pública educacional de Estado é formado por quatro grandes Dimensões, cada uma com as suas especificidades “composta por áreas de atuação e cada área apresenta indicadores específicos” MEC (2008, p. 9). Desta feita, o instrumento de campo fornecido pelo MEC (2008) nos apresenta como cada dimensão do PAR está estruturada, e a maneira como deverá ser seguida pelos entes federativos, assim, segue a baixo a estrutura para o diagnóstico da terceira Dimensão Prática Pedagógica e Avaliação.

QUADRO 1

Estrutura do instrumento para o diagnóstico na Dimensão Prática Pedagógica e Avaliação (PAR 2008-2011)

| Dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação | |
|---|--|
| Áreas | Indicadores |
| Área 1: Elaboração e Organização das | 1. Presença de coordenadores ou supervisores |



| | |
|--|---|
| práticas pedagógicas | pedagógicas nas escolas |
| | 2. Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino. |
| | 3. Estímulo às práticas pedagógicas fora do espaço escolar |
| | 4. Existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno. |
| Área 2: Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. | 1. Formas de avaliação da aprendizagem dos alunos |
| | 2. Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. |
| | 4. Política específica de correção de fluxo |
| Total de Indicadores | 8 |

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – Instrumento de campo (MEC, abril/2007).

Por tanto, as áreas são especificidades das dimensões determinadas como um “conjunto de características comuns usadas para agrupar, com coerência lógica, os indicadores. Entretanto, não são objetos de avaliação e pontuação” (BRASIL, MEC 2008) “Esses indicadores específicos representam os aspectos ou características da realidade local que são expostos e avaliados por critérios, cuja descrição abrange quatro níveis, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto n. 6.094/2007” (SOUZA 2014, p. 170).

CONCLUSÃO

Posto isto, concluímos que a avaliação em larga escala tem centralidade no processo educativo por exercer a função de reguladora das ações e expressar indicativos de qualidade educacional. No entanto, ressalta-se que esse modelo avaliativo posto no PAR atrela-se ao IDEB, cuja qualidade é expressa quantitativamente.

Assim sendo, esse modelo avaliativo encontra limites para expressar a real situação da prática pedagógica, da gestão, da formação dos professores, das condições de trabalhos etc. uma vez que esses fatores também interferem no desenvolvimento educacional.

A avaliação precisa ser pensada e concretizada não somente para atender a lógica de formação mercadológica, mas sobretudo, promover o desenvolvimento social, político, humano dos sujeitos.



REFERÊNCIAS:

AURELIANO, Francisca Edilma B. S.; CRUZ, Gersonita Paulino; GARCIA, Luciane Terra dos Santos; QUEIROZ, Maria Aparecida de. projeto: “avaliação do plano de ações articuladas (par): um estudo em municípios dos estados do rio grande do norte, pará e minas gerais, no período de 2007 a 2011” descritor de avaliação.

ARANHA, M.L. de A. **História da educação**, 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BARCELOS, L.C. M. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Pará de Minas, 2015. Disponível em: fapam.web797.kinghost.net>arquivos. Acessado em: 22.10.2017

BRASIL, MEC. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Decreto nº 6.094**, Diário Oficial da União 25 de abril 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acessado em: 19/02/2017.

_____. Ministério da Educação. **Documento de Apresentação do PAR – Plano de Ações Articuladas (Relatório Público)**. Brasília, DF. 2007c. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acesso em 19/02/2017

DIAS, Sobrinho, José. **Avaliação: política educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOUZA, Vilma Aparecida de. **O Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”: desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente**, Uberlândia , 2014. Disponibilizado em: [www.http://repositorio.ufu.br/handle](http://www.repositorio.ufu.br/handle). Acessado em 7/09/2017

VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 14-35, n. especial, dez. 2014.

MACHADO, S. F.; Teruya, T. K. O manifesto de 1932 e as repercussões na formação da rede pública de ensino. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo grande – MS. Anais da VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande – MSS: UNIDERP, 2007. P 1-20. Disponível em: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=k4790394H6; acesso 01/10/2017